

CONSTÂNCIO, João. **Arte e Niilismo**. Nietzsche e o Enigma do Mundo. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2013. 392p.

Carlos Kenji Koketsu

Mestrando no programa de pós-graduação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR - Brasil. E-mail: carloskenji@gmail.com

O livro de João Constâncio, publicado recentemente pela editora portuguesa Tinta-da-China, pertence às obras de fôlego que se dispõem a traçar possíveis sentidos de leitura que motivam o discurso filosófico de Friedrich Nietzsche. Segundo o autor, o projeto que organiza e dá direção à filosofia nietzschiana é o combate ao niilismo, fenômeno histórico que estaria associado ao surgimento do pensamento socrático-platônico. Entretanto, tal batalha não se daria apenas como negatividade: ela deveria se completar com uma filosofia criadora de novos valores, tarefa a que Nietzsche se propõe e que será concluída graças ao exemplo determinante da arte. Para desenvolver essa linha de raciocínio, Constâncio irá se valer de uma leitura imanente dos escritos do filósofo alemão, além de aproximações com pensadores com os quais este manteria profundo diálogo, como Kant, Platão, Espinosa, Stendhal e, sobretudo, Schopenhauer e sua questão acerca do enigma do mundo.

Apresentando-se com diversas máscaras durante a história (como o platonismo e o cristianismo), o niilismo se caracterizaria pela redução do mundo a nada, consequência da valorização da transcendência em detrimento da imanência, do “ideal ascético” tornado predominante graças à “vontade de verdade” e os pressupostos metafísicos que a acompanham. O que o autor do presente livro pretende mostrar é que Nietzsche – ao contrário do que pensava Heidegger, por exemplo –, nunca incorporou o niilismo. Ele, que se definiu como alguém que “tem já o niilismo atrás de si”, teria se imposto a meta de apontar saídas para uma condição não-niilista, tarefa a ser cumprida e conduzida pelos filósofos do futuro. Desse modo, quando Nietzsche afirma ser um “niilista completo”, seria apenas no sentido de que ele teria levado a cabo o niilismo com a recusa da ideia de verdade absoluta, o valor mais caro e até então insuspeito do pensamento ocidental. Porém, fato crucial, o que resulta disso não é o desespero angustiante da completa ausência de valores, mas, sim, uma filosofia afirmadora da existência, que aceita o mundo imanente com todas as suas incertezas e ambiguidades, um pensamento em busca de novas auroras para a maior liberdade já conquistada – a de se ver livre da necessidade do ideal ascético. Ainda que o problema do

niilismo seja de uma grandeza avassaladora (a ponto de possivelmente continuar a ser uma questão para nós), a filosofia de Nietzsche já o teria “fora de si”, ao preconizar uma relação afetiva e sem reservas ao mundo fenomênico.

Mostra-se produtiva a estratégia de Constâncio em se valer da perspectiva do problema schopenhaueriano do enigma do mundo como eixo de apresentação de sua tese. Desse modo, além de destacar como as filosofias de Nietzsche e Schopenhauer estão intimamente entrelaçadas – contra a percepção que relaciona os dois pensadores apenas aos escritos de juventude do primeiro¹ –, o autor também ilumina a forma como os conceitos de um são incorporados, criticados e transfigurados em novas perspectivas pelo seu sucessor. O pensamento nietzschiano seria uma “crítica imanente” da filosofia de Schopenhauer. Por exemplo, quando este formula sua questão sobre o mundo como enigma, como texto cifrado a ser traduzido, sua busca é pela resposta verdadeira, um significado último que seja capaz de solucionar o problema. Assim, o modo como a formulação é feita pressupõe conceitos metafísicos como verdade absoluta, coisa em si e objetividade, nos quais paira a sombra do dualismo entre termos excludentes (verdade-falsidade, incondicionado-condicionado). Nietzsche, por sua vez, também compartilharia a concepção do mundo como enigma, a de que nossa existência “joga-se num horizonte de incerteza e ambiguidade” (p. 74), porém, para ele, não há como garantir uma solução capaz de revelar “a” verdade sobre tal problema, sendo esta apenas uma ilusão metafísica a ser denunciada. Ao apontar a forma como Nietzsche critica os pressupostos da filosofia schopenhaueriana, Constâncio revela como esses pensadores divergem (com o cuidado de o fazer respeitando as nuances próprias a cada um), ao mesmo tempo em que demonstra que o pessimismo concebido por Schopenhauer nada mais é que uma outra etapa do niilismo. Afinal de contas, ele chegará à conclusão de que “não há qualquer razão para existir alguma coisa em vez de nada” (p. 73).

Assim, o autor alinhará os diversos meios que Nietzsche irá mobilizar para dissolver os pressupostos metafísicos que alimentam o niilismo, como a crítica da linguagem e da crença na unidade das palavras; a admissão da percepção humana como simplificação que falsifica a “realidade”, isto é, o mundo visto como “erro”; a recusa de uma consciência autônoma e transparente; e a hipótese da vontade de poder, cuja função seria apenas heurística, segundo Constâncio, diferentemente das concepções que a tomam como uma doutrina ontológica. Em relação a tal hipótese, o autor dirá que serve sobretudo como uma

¹ Nesse sentido, aponta o autor, ainda que talvez haja componentes metafísicos em *O Nascimento da Tragédia*, esta obra já representaria uma renúncia ao pessimismo de Schopenhauer, ao postular que a vida se justifica enquanto fenômeno estético.

interpretação anti-metafísica do mundo, pois toma como ponto de partida relações entre vontades que se dão no plano da imanência, sem o apelo a uma verdade transcendente. Sendo a existência nada além do conflito de forças e vontades que buscam cada qual seu crescimento e autossuperação – de acordo com a interpretação já consagrada de Müller-Lauter e que Constâncio subscreve – não haveria mais um sentido superior que englobasse a tudo, mas apenas um jogo de relações abertas. Isso implica em que o sentido das ações passe a ser exclusivo de tais vontades, cancelando também o ideal transcendente de um “dever-ser”, dessa moral que julga haver um propósito último da existência e que permite juízos corretivos do mundo. Ao trazer a responsabilidade de cada ação novamente para o âmbito terreno, a hipótese nietzschiana da vontade de poder também teria papel fundamental na valorização do mundo imanente, de acordo com o autor.

Portanto, o objetivo da filosofia de Nietzsche não é substituir um fundamento por outro, lembra-nos Constâncio. Ao questionar a validade da pergunta pelo valor da existência, ao investigar os motivos que levaram a humanidade à necessidade de justificar a vida, ao desnudar os pressupostos implicados em tal perspectiva, Nietzsche teria como meta esvaziar a metafísica de sentido e nos libertar dela para, enfim, podermos afirmar o mundo, para experimentarmos uma nova relação afetiva com a existência. Sendo próprio da imanência seu caráter trágico, ou seja, a existência necessariamente inclui a dor e o absurdo da ausência de finalidade, uma filosofia não-niilista deve obrigatoriamente incorporar tudo isso, sem a tentação de ocultar o sofrimento diante do enigma do mundo com uma resposta “verdadeira”. O conceito de *amor fati* representaria justamente essa passagem, segundo Constâncio, da negação libertadora da metafísica para a afirmação trágica, dionisíaca, da existência tal qual é – amar o destino é amar a imanência. Porém, para chegar a esse caráter afirmativo, para superar o impasse de valores a que a crítica sistemática da vontade de verdade nos conduz, será preciso ao filósofo alemão incorporar o exemplo da arte.

O autor está ciente da questão que se segue à afirmação acima, a do por que não ser a ciência a fornecer tal exemplo. Esta, como sabemos, tem papel importante no desenvolvimento do pensamento nietzschiano. É ela que está por trás da honestidade intelectual que Nietzsche advoga, que justamente o faz levar a vontade de verdade ao paroxismo, até o ponto em que ela se auto-cancela ao admitir-se que a verdade absoluta não existe². Entretanto, nota Constâncio, esse aparato crítico, derivado da proibição do método

² A respeito da crítica à verdade empreendida por Nietzsche, o autor defende que, longe de conduzir a um irracionalismo subjetivista, a filosofia deste representaria uma continuação do projeto crítico do Iluminismo, que

científico, é incapaz de criar valores, pois ainda se sustenta num ideal de verdade, é o produto mais elevado do ideal ascético. O impasse só pode ser superado através de uma incorporação do aspecto crítico-científico ao artístico, pois a natureza da arte é justamente a de criar formas, ou seja, revelar novas perspectivas que, por sua vez, produzirão novos valores. A filosofia capaz de ir para além do niilismo deve ser uma autossuperação da vontade de verdade obtida pela conjugação entre ciência e arte.

Nesse sentido, o contra-movimento determinante em relação à vontade de verdade é a vontade de ilusão e de aparência, definições nietzschianas do fazer artístico encontradas em *Genealogia da Moral*. A arte é criadora de formas, sons, volumes, cores, linhas, é um reordenamento inventivo de matéria cujo objetivo é criar “ilusões”: ela demonstra ser possível viver sem a vontade de verdade, de vivenciar a aparência enquanto aparência. É também – partindo da expressão de Stendhal da arte como “promessa de felicidade” e coerente com a psico-fisiologia da vontade de poder – uma expressão de forças vitais, “espiritualização” de pulsões e afetos, e não obra milagrosa de um gênio transcendente. Dito de outro modo, a contemplação do belo não é nunca desinteressada, pois está relacionada ao *eros*, ao tipo de “embriaguez” ou “intensificação da força” cuja pulsão mais originária é a sexual. Como podemos notar, tais definições de arte se contrapõem ao ideal ascético que não só orienta filosofias niilistas como concepções estéticas que crêem numa objetividade desinteressada pelo belo, como as de Kant e Schopenhauer. O autor trabalhará detidamente essas questões através da oposição entre Homero x Platão e entre Stendhal x Kant. Por fim, a arte, principalmente o artista trágico, produz obras não a partir da negação do lado terrível da vida, mas do seu enfrentamento, daí ela ser o vívido exemplo para um “pessimismo da força”, daquele que incorpora o sofrimento e até o toma como estímulo. Em suma, o que a arte comunica não é a imitação da natureza, mas a “imitação de afetos”.

Outro aspecto a se destacar na análise de Constâncio é sua indicação de que a arte, longe de ser apenas criadora de formas, seria também atividade crítica. Isso, evidentemente, não se dá de modo conceitual como o faz a ciência, mas performativamente. Por meio da produção de formas antes inexistentes, a arte cria novas relações afetivas com o mundo, algumas das quais tomarão o lugar de anteriores, tidas doravante como desnecessárias. Perceber “como erro algo que antes {amávamos} como uma verdade ou plausibilidade”, conforme a citação que o autor retira de *A Gaia Ciência*, é a modalidade de crítica que a arte

o filósofo alemão teria radicalizado através de seu “hiper-criticismo”. No lugar da verdade absoluta, restariam verdades perspectivas, críticas.

perfaz, o de mostrar ao invés de dizer. O que está em jogo aqui é o fato de que esta reavaliação de valores se dá no plano afetivo, das pulsões, daí ela provocar uma transformação mais imediata – e mais profunda – do que uma crítica através de conceitos, que se dá em grande medida pelos recursos da consciência. Assim, ao destacar o caráter crítico da arte e seu papel decisivo na reavaliação dos valores, o autor se opõe a interpretações bastante correntes que vêm em Nietzsche apenas um esteta, reduzindo-o ao elogio das superfícies e aparências.

Constâncio encerra sua obra aproximando Nietzsche de Espinosa, através da concepção do conhecimento como “o mais poderoso dos afetos” e o conceito de *amor fati*. Ciente de que o projeto “civilizacional” nietzschiano de elevação da cultura deve começar por uma transformação mais profunda que a da consciência, isto é, deve operar no nível das pulsões e dos afetos, Constâncio discorre sobre o *eros* filosófico do qual Nietzsche é um exemplo, sobre a “embriaguez” que o impediu de ser um funcionário da filosofia para se tornar alguém cuja paixão pelo conhecimento impele a questionar continuamente as interpretações do texto do mundo, nunca em busca de uma verdade absoluta, mas de perspectivas – ou experimentos – que nos permitam estabelecer uma relação afetiva com a existência em toda sua incerteza e afirmar a “desejabilidade da vida”, o amor à aparência e ao “erro”, o *amor fati*. A escolha se daria entre interpretações melhores ou piores, sendo as primeiras aquelas capazes de incorporar mais perspectivas, de permitir o alargamento de horizontes e assim, de ampliar e intensificar nossa rede de afetos a ponto de, no limite, abarcar o mundo – movimento de autossuperação do indivíduo em direção ao todo existente, ao “supra-pessoal”, qualidades promovidas pela arte e por toda filosofia que deseja ser um projeto “civilizacional”, isto é, que tenha como meta a criação de valores que favoreçam a auto-determinação de indivíduos e povos.